CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 19 de novembro de 2026



Curso de Formação Sindical sobre Sindicalismo Digital



A Federação dos Trabalhadores na Indústria e Agroindústria nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (FTIAEG-TO-DF), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool Carburante, Açúcar, Derivados e Subprodutos (SITIFAEG-TO-DF), realiza, nos dias 18 e 19 de novembro, no Centro de Treinamento Educacional (CTE), em Luziânia (GO), o Curso de Formação Sindical com o tema **"Sindicalismo Digital: da informação digital à ação sindical baseada em provas"**.

A atividade reúne dirigentes sindicais de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, com o objetivo de ampliar conhecimentos e fortalecer a atuação das entidades sindicais diante das novas ferramentas digitais. A programação aborda a utilização de registros e documentos trabalhistas como instrumentos de comprovação, fiscalização e defesa dos direitos dos trabalhadores, com destaque para sistemas como Meu INSS, CNIS e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

A abertura do curso contou com a presença de representantes da diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI): José Reginaldo Inácio, presidente; Nelson Luiz Bonardi, secretário-geral; Eduardo de Vasconcellos Annunciato (Chicão), secretário de Educação; e Pedro Luiz Vicznevski (Pedrão), secretário de Finanças da CNTI, presidente da FTIAEG-TO-DF e do SITIFAEG-TO-DF.

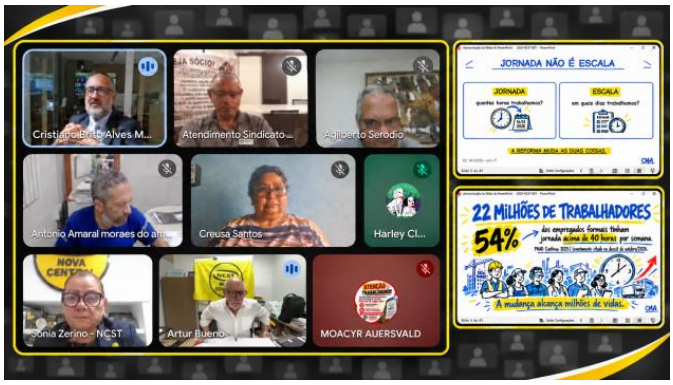
As palestras são ministradas pelo professor **Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira**, pós-doutor em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz, doutor pela Universidade de Brasília (UnB), mestre pela Universidad de Alcalá, engenheiro mecânico, bacharel em Direito e auditor-fiscal da Receita Federal. Com experiência acadêmica e profissional, o palestrante é autor de obras sobre PPP, NTEP, FAP e escrituração digital em Saúde e Segurança do Trabalho (SST).

Entre os conteúdos desenvolvidos estão os fundamentos do Sindicalismo Digital, a conferência da vida laboral dos trabalhadores, a identificação de inconsistências documentais, a rastreabilidade das informações e os procedimentos para solicitação de esclarecimentos e correções. A programação também contempla estratégias de negociação coletiva, utilização da plataforma Fala.BR e elaboração de um plano-piloto federativo.

A iniciativa reforça a importância da formação sindical permanente e da incorporação de novas tecnologias às práticas de organização, fiscalização e representação dos trabalhadores, ampliando a capacidade de atuação das entidades sindicais na defesa dos direitos da categoria.

Realização institucional: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Escala 5x2: NCST reúne mais de 150 dirigentes para esclarecer novas regras



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) realizou nesta quarta-feira (18), em ambiente virtual, um encontro que reuniu mais de 150 dirigentes sindicais para esclarecer dúvidas sobre a aplicação da nova jornada de trabalho e orientar as entidades filiadas na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os advogados Dr. Cristiano Meira e Dr. Agilberto Seródio, assessores jurídicos da NCST, foram os responsáveis pelos esclarecimentos. Os especialistas abordaram os aspectos jurídicos das mudanças e responderam às dúvidas dos dirigentes, oferecendo subsídios para a atuação sindical e para as negociações com os empregadores.

As exposições reforçaram a importância da negociação coletiva e do protagonismo dos sindicatos na implementação da nova jornada. A assessoria jurídica destacou a necessidade de preparar as entidades para defender os direitos conquistados e acompanhar os desdobramentos da regulamentação e das decisões judiciais sobre o tema.

A presidente da NCST, Sônia Zerino, colocou o e-mail da central à disposição das entidades para o envio de dúvidas, que serão encaminhadas aos assessores jurídicos para análise e resposta. A iniciativa dará continuidade às orientações apresentadas no encontro e ao apoio às entidades filiadas.

Sônia também informou que cartilhas em elaboração por outras entidades serão compartilhadas com os membros da Nova Central. Os materiais vão auxiliar na compreensão das novas regras e apoiar o trabalho de informação e orientação dos trabalhadores nas bases.

Durante a reunião, a presidente defendeu a unidade do movimento sindical e o fortalecimento da negociação coletiva para garantir a efetivação dos direitos. Ao encerrar o encontro, reafirmou que a NCST manterá as entidades informadas sobre a aplicação da nova jornada e os desdobramentos no Supremo Tribunal Federal.

O encontro ocorreu na véspera da assinatura do decreto de regulamentação da nova jornada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevista para esta quinta-feira (19), às 9h, no Palácio do Planalto, em Brasília. O decreto deverá orientar trabalhadores e empregadores sobre a implementação das mudanças.

*** ATENÇÃO: As dúvidas sobre a aplicação da nova jornada de trabalho podem ser enviadas para ncst@ncst.org.br e serão encaminhadas à assessoria jurídica da Nova Central para análise e resposta.

Fonte: NCST

Decreto que regulamenta escala 5x2 será assinado nesta quinta-feira

Objetivo é balizar o entendimento de trabalhadores e empregadores



© Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará o decreto de regulamentação da escala de trabalho 5x2 nesta quinta-feira (19), às 9h. O decreto vai fixar o início do cumprimento da nova escala a partir de 16 de dezembro. A informação foi dada à imprensa pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, na tarde desta terça-feira (17).

Segundo o ministro, Lula fez sugestões de ajustes no decreto, mas não detalhou. O objetivo é evitar interpretações distorcidas, mexendo com as expectativas de empregados e empregadores. A assinatura do decreto se dará em evento aberto à imprensa, no Palácio do Planalto.

"O Executivo soltará o decreto na quinta, que ajuda a balizar o entendimento de trabalhadores e enpregadores para de fato consolidar o processo de negociações que eles precisam fazer para 16 de dezembro ser implantado em todo o Brasil", disse Marinho.

A fala de Marinho também sinaliza ao Supremo

Tribunal Federal (STF), já que há ações correndo na Corte, sob relatoria de Flávio Dino. Hoje, o ministro decidiu que as ações que tratam das regras de transição para o início da escala de trabalho 5x2 serão julgadas de forma definitiva, ou seja, diretamente no mérito.

Fim da escala 6x1
Em uma decisão histórica, o Senado Federal aprovou no mês passado o fim da escala 6x1 de trabalho. Com isso, o trabalhador passa a ter dois dias por semana de descanso remunerado, em jornada máxima de 5 dias de trabalho por 2 de descanso, sem redução salarial. Além disso, a atual jornada de trabalho passa de 44 para 40 horas semanais terá uma regra de transição de 14 meses.

A medida foi aprovada com votos da base governista e da oposição. O texto já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

O fim da escala foi celebrado por entidades representativas dos trabalhadores. Para a categoria, a nova jornada permitirá ao trabalhador ter mais contato com a família e poder se dedicar a outras atividades e estudo.

Uma pesquisa realizada em fevereiro deste ano pela Nexus mostrou que 73% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1.

Fonte: Agência Brasil

Pejotização, jornada e negociação coletiva movimentam agenda trabalhista

Decisões judiciais e iniciativas do governo marcam novembro, com reflexos para trabalhadores, servidores públicos e entidades sindicais.



Novembro de 2026 registra novos desdobramentos sobre pejotização, redução da jornada, trabalho por aplicativos e negociação coletiva. As pautas mobilizam o Judiciário, o Executivo e o Congresso Nacional, com repercussões para os direitos trabalhistas e a atuação sindical.

STF analisa pejotização
O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá definir, no Tema 1.389, a competência para julgar possíveis fraudes em contratos de prestação de serviços por pessoas jurídicas, a validade dessas contratações e o ônus da prova.

Segundo a Folha de S.Paulo, de 13 de novembro, o ministro Gilmar Mendes sinalizou a possibilidade de reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para examinar essas irregularidades. Ainda não há decisão definitiva.

Saiba mais: Folha de S.Paulo.

Fim da escala 6×1 aguarda definição do STF
O julgamento sobre as regras de transição da nova jornada foi interrompido em 14 de novembro, após pedido de destaque do ministro Luiz Fux. Segundo o Correio Braziliense, de 16 de novembro, a análise será retomada presencialmente, sem data definida.

A Emenda Constitucional 141/2026 prevê jornada máxima de 42 horas semanais a partir de 16 de dezembro e de 40 horas em dezembro de 2027, sem redução salarial. O ministro Flávio Dino autorizou adaptações na distribuição das horas e folgas, inclusive mediante negociação coletiva. A Câmara questionou pontos da decisão, cuja liminar permanece válida até nova deliberação.

Saiba mais: Correio Braziliense.

Justiça suspende cobrança de motoristas pela Uber
A Justiça do Trabalho da Bahia determinou, em liminar divulgada em 11 de novembro, a suspensão do programa da Uber que exigia pagamento antecipado para acesso a corridas.

A decisão atende a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT), que questiona a legalidade da cobrança com fundamento também na Convenção 181 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O órgão pede ainda restituição dos valores e indenização por dano moral coletivo, questões pendentes de julgamento.

Saiba mais: Ministério Público do Trabalho.

Negociação coletiva no serviço público
O Projeto de Lei (PL) 1.893/2026, apresentado pelo Executivo, aguarda apreciação na Câmara dos Deputados. A proposta regulamenta a negociação coletiva e a representação sindical no serviço público, em discussão relacionada à implementação da Convenção 151 da OIT.

O tema ganhou destaque em novembro, com manifestações de entidades representativas pela regulamentação das negociações sobre remuneração, carreiras e condições de trabalho.

Saiba mais: Tramitação na Câmara dos Deputados.

Governo discute proteção ao trabalho por aplicativos

Em 11 de novembro, comitê interministerial discutiu ações de financiamento, empreendedorismo e saúde ocupacional para trabalhadores por aplicativos. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Saúde, foram registrados mais de 11 mil acidentes envolvendo a categoria em 2025.

O governo também destacou medidas para aprimorar o registro desses acidentes e a proteção dos profissionais.

Saiba mais: Secretaria-Geral da Presidência.

MTE e OIT defendem negociação coletiva

Durante simpósio realizado em Brasília, em 12 de novembro, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu a negociação coletiva na implementação da nova jornada. O diretor da OIT no Brasil, Vinícius Pinheiro, destacou a importância do trabalho decente, da qualificação e da proteção social diante das transformações do mercado de trabalho.

Saiba mais: Ministério do Trabalho e Emprego.

O DIAP segue acompanhando essas pautas, com atenção aos impactos sobre os direitos trabalhistas, a organização sindical e a proteção social, para subsidiar a atuação das entidades filiadas.

Fonte: Diap

Deputados destacam proteção ao trabalhador e investimentos em habitação nos 60 anos de criação do FGTS

Recursos não sacados pelos trabalhadores são investidos em programas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana



Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Os 60 anos da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram comemorados em sessão solene realizada na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (17).

O FGTS é formado pelos depósitos feitos pelos empregadores em contas vinculadas aos contratos de trabalho. Os valores podem ser sacados em situações específicas, como demissão sem justa causa, aposentadoria, compra da casa própria ou por motivo de doença, entre outras.

O fundo foi criado em 1966 como um regime opcional, mas, a partir da Constituição de 1988, o depósito tornou-se obrigatório e passou a integrar o rol dos direitos sociais dos trabalhadores.

O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), autor do pedido de homenagem, destacou que o FGTS é essencial para a proteção do trabalhador brasileiro e para o fomento ao desenvolvimento social, uma vez que, enquanto os recursos não são sacados, são investidos em programas nas áreas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

"O patrimônio do Fundo de Garantia pertence única e exclusivamente aos trabalhadores e deve ser preservado contra o canto de sereia de medidas pontuais que enfraqueçam sua sustentabilidade a longo prazo ou desvirtuem sua missão protetiva", disse Almeida.

A vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, afirmou que o modelo brasileiro é referência mundial por sua robustez e longevidade. "O FGTS vem nos permitindo fazer o maior programa habitacional — tirando a China e a Índia, provavelmente — do mundo, com muito sucesso e longevidade, proporcionando o acesso a famílias de baixa renda e de média renda."

Matéria completa:
https://www.camara.leg.br/noticias/1320243-deputados-destacam-protecao-ao-trabalhador-e-investimentos-em-habitacao-nos-60-anos-de-criacao-do-fgts

Fonte: Agência Câmara